



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA

Controladoria Geral

Rua Francisco Santos, 160 - 1º andar - Centro - Itabaiana/SE. PABX: (79)

3431-9712 - controladoria@itabaiana.se.gov.br



PARECER TÉCNICO Nº 94/2026

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART 75, II, LEI Nº 14.133/2021, COMBINADO COM §5º, DO ART. 15 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 049/2024. ANÁLISE TÉCNICA DO PROCEDIMENTO.

O CONTROLE INTERNO DE ITABAIANA, ESTADO DE SERGIPE, por intermédio de sua secretária, que esta subscreve, nos autos em epígrafe, em atendimento ao pedido de análise e parecer acerca da viabilidade da admissibilidade do procedimento administrativo de contratação direta, através da dispensa de licitação, assim manifesta-se, a saber:

1. RELATÓRIO

Vem ao exame deste Controle Interno requisição de parecer técnico, acerca da admissibilidade do procedimento administrativo de dispensa de licitação para contratação de empresa devidamente especializada na prestação de serviços voltados à elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio e pânico, bem como ao gerenciamento de segurança, sob a responsabilidade técnica de engenheiro habilitado. Tal contratação destina-se a atender à necessidade de assegurar a integridade física do público, dos trabalhadores e do patrimônio, prevenindo riscos e acidentes durante a realização dos shows e demais atividades da Feira dos Caminhoneiros.

Os autos vieram autuados e instruídos com os seguintes documentos, no que importa à presente análise:

1. Autorização da Demanda;
2. Documento de Formalização de Demanda (DFD) elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura;
3. Comunicação Interna;
4. Memorando Designando Servidores para Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência;
5. Portarias designando servidores;
6. Justificativa da não elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP);

7. Termo de Referência (TR);
8. Matriz de Gerenciamento de Riscos;
9. Solicitação para Aprovação da Justificativa de não elaboração do ETP e TR;
10. Aprovação e continuidade de ações de procedimento de contratação;
11. Ofício solicitando a elaboração da Pesquisa de Mercado;
12. Solicitações de Orçamentos;
13. Cartas Propostas das empresas:
 - ENGFIRE ENGENHARIA DE COMBATE A INCÊNDIO;
 - METROPOLIS PROJETOS & SERVIÇOS;
 - SA ENGENHARIA;
14. Termo de Referência – Consolidado;
15. Relação de documentos (Habilitação Jurídica, regularidade Fiscal, Social, Trabalhista, qualificação técnica, econômico-financeira) da empresa: ENGFIRE ENGENHARIA DE COMBATE A INCÊNDIO;
16. Solicitação para elaboração da Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro;
17. Encaminhamento da Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro;
18. Declaração Sobre Aumento de Despesa;
19. Declaração Sobre Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro;
20. Justificativa da dispensa de Licitação;
21. Solicitação do Parecer Técnico;

Instruído o procedimento, no que importa relatar, os autos vieram ao Controle Interno para análise e parecer.

2. PRELIMINARMENTE

2.1 DA COMPETÊNCIA DO CONTROLE INTERNO

O parecer emitido por este Órgão de Controle Interno, no âmbito dos procedimentos licitatórios e das contratações diretas, insere-se no exercício do controle prévio e concomitante da regularidade e legalidade formal dos atos administrativos, em estrita observância ao disposto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem como à legislação infraconstitucional aplicável, notadamente a Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas. Tal atuação encontra-se balizada pelos princípios da legalidade, eficiência e moralidade administrativa, restringindo-se, tecnicamente, à análise formal da instrução processual, com o objetivo de aferir a conformidade dos atos praticados com o ordenamento jurídico e as normas regulamentares vigentes.

Ressalta-se que a atuação do Controle Interno não possui caráter vinculante quanto às

✓

escolhas técnicas ou administrativas, de modo que a veracidade das informações prestadas, a exatidão do conteúdo técnico dos documentos, tais como Termos de Referência, Estudos Técnicos Preliminares e Editais, bem como a fidedignidade das pesquisas de preços, são de responsabilidade exclusiva e indelegável do órgão demandante e de seus respectivos agentes públicos subscritores. Compete a este Controle, portanto, nos limites de sua atribuição legal e em observância ao princípio da segregação de funções, a verificação da existência, suficiência e regularidade formal da documentação que instrui o processo, sem incursão em aspectos de natureza estritamente técnica, pericial ou mercadológica.

Sob o prisma do mérito administrativo, a conveniência e a oportunidade da contratação, assim como a definição da necessidade pública e a fixação dos requisitos de qualidade e desempenho, inserem-se no âmbito da discricionariedade administrativa, permanecendo sob a inteira responsabilidade do Gestor Público, na qualidade de ordenador de despesas, a quem compete a decisão final acerca da gestão dos recursos públicos. Por fim, registra-se que a responsabilidade do parecerista do Controle Interno é subsidiária e limitada à ocorrência de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), não se confundindo com a responsabilidade executiva pela condução do certame ou pela futura execução contratual.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/21.


Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Nos moldes previstos no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, com atualização de valores dada por decreto, a licitação será dispensável quando a contratação envolver valor inferior a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública.

O preço máximo total estimado para a presente contratação, conforme o Termo de Referência elaborado pelo setor demandante, é de **R\$ 12.950,00 (doze mil, novecentos e cinquenta reais)**, valor que se encontra dentro do limite legal previsto. A pesquisa de preços foi realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/21, revelando-se satisfatória.



Ressalte-se que, após análise das três propostas apresentadas, verificou-se que a escolhida representa a melhor relação custo-benefício para a Administração, atendendo de forma mais vantajosa aos requisitos técnicos exigidos e garantindo economicidade, em conformidade com o art. 72, II, da Lei nº 14.133/21.

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº 14.133/21, além do art. 5, II, da IN SEGES/ME Nº. 67/2021. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que reserva de dotação para suportar tal despesa.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, no estrito exercício das atribuições conferidas a este Órgão de Controle Interno e sob a ótica da regularidade formal da instrução processual, manifesta-se favoravelmente à continuidade do procedimento de contratação direta, porquanto atendidos os requisitos documentais e as exigências legais pertinentes à fase preparatória, em especial o disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e na IN SEGES/ME nº 67/2021.

Ressalta-se, por oportuno, que a presente manifestação não adentra ao mérito administrativo atinente à conveniência e oportunidade da contratação, tampouco valida a fidedignidade das pesquisas de preços ou a acuidade técnica das especificações contidas no Termo de Referência, elementos que permanecem sob a responsabilidade exclusiva e indelegável do órgão demandante e dos agentes que instruíram o feito.

Outrossim, em observância ao princípio da segregação de funções e ao disposto no art. 28 da LINTB, este parecer exime-se de eventuais vícios de natureza material, técnica ou decisória, cabendo à Assessoria Jurídica o exame final acerca da legalidade e juridicidade do procedimento, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, previamente à ratificação pela autoridade competente.

É o parecer, ora submetido à apreciação da Secretaria Municipal de Controle Interno, salvo melhor juízo.

Itabaiana/SE, 29 de abril de 2026.


ANE KAROLINE OLIVEIRA BORGES
Secretária Municipal de Controle Interno


JOÃO VITOR MENDONÇA ROCHA
Assessor Especial III